

O Projeto Escolanovista no Rio Grande do Norte - uma das dimensões práticas das pautas modernizadoras do Governo José Augusto Bezerra de Medeiros (1924 -1927)

*Marta Maria de Araujo**

Resumo

Este trabalho é parte da tese de doutorado "José Augusto Bezerra de Medeiros - vida, educação, política".

Investiga a remodelação da educação escolar no Rio Grande do Norte durante o governo de José Augusto, inscrita num programa de reformas culturais, na perspectiva de construção de estilos urbanos modernos de sentir e viver, face às exigências que uma sociedade urbano industrial demandava.

Nelas, procurou-se disseminar a educação sem universalizá-la para todos em idade escolar visando à educação da mentalidade dos indivíduos na integração à vida moderna, formando-se as elites intelectuais, portadores do conhecimento especializado, atribuindo-se, às mesmas, o papel de reformadores sociais.

Palavras chaves: História da educação; Rio Grande do Norte; José Augusto Bezerra de Medeiros

Abstract

This article is part of a doctoral thesis entitled "José Augusto Bezerra de Medeiros - life, education and politics". It investigates the school education remodelling in José Augusto's Government, as included in a cultural reform program which had the perspective of building modern urban ways of feeling and living, due to the requirements of an urban-industrial society. Such reforms had the objective to spread education without universalizing it to everybody at school age and aimed at the education of the mentality of individuals in the process of their integration into modern life, forming the intellectual elite who had specialized knowledge and to whom was ascribed the role of social reformers.

Key words: History of education; Rio Grande do Norte; José Augusto Bezerra de Medeiros.

* Prof^o Dr^o. do Depto de Educação da UFRN
Av. Hermes da Fonseca, 1414/402
Bairro Tirol Natal Rio Grande do Norte
Cep: 59020-000
Fax: (084)211-9220-UFRN

O presente estudo é tratado no capítulo “As Pautas Modernizadoras do Governo de José Augusto (1924 -1927)” em nossa tese de Doutorado - José Augusto Bezerra de Medeiros - vida, educação, política. Sob a inspiração da História Cultural - uma das versões da Nova História - procuramos estudar, com base em fontes de pesquisa, a remodelação da educação escolar no Rio Grande do Norte durante seu governo, inscrita num programa de reformas culturais, na perspectiva de construção de estilos urbanos modernos de sentir e viver, face às exigências que uma sociedade urbano-industrial demandava.

José Augusto pertenceu à chamada geração de homens nascida com a República, portadora de sólida cultura intelectual e erudita, voltada para a construção de uma identidade nacional pátria. Adepto da Escola Nova, foi um dos integrantes e entusiastas, ainda nos anos de 1910 (época em que exercia o mandato de Deputado Federal pelo Rio Grande Do Norte), do movimento pela renovação da educação, ao lado de A. Carneiro Leão, Victor Viana, Mário Pinto Serva, Afrânio Peixoto e, mais tarde, Heitor Lira, Sampaio Dória, Lourenço Filho, Venâncio Filho, Edgard Sússekind e outros.

Em torno do tema da escolarização e da renovação da educação, esses educadores procuraram sensibilizar a opinião pública tanto da situação de atraso geral do país quanto da ausência de um projeto nacional de educação. Em vista disso, estabeleceram uma rede de relações e de práticas sociais, priorizando os segmentos com poder de opinião e preocupados com a mudança social. Sob essa perspectiva, priorizaram a publicação de artigos na imprensa brasileira, livros e revistas,¹ fundação de associações de professores e ligas de ensino, promoção de conferências e cursos. Tal movimento, pelos seus objetivos, oportunizou a perspectiva da fundação da Associação Brasileira (ABE) assim como, através do incentivo desta, as reformas estaduais de Ensino que, no Rio Grande do Norte, tiveram repercussões pela forma empreendida durante o Governo José Augusto.

Sob essa forma de aparecer socialmente, esses educadores se antepuseram como uma vanguarda intelectual na mobilização pela renovação da educação, seduzidos pelos preceitos do ideário escolanovista, tendo, como pressuposto fundamental, a organização da sociedade e da escola, segundo o modelo da fábrica no seu modo de organização industrial e disciplinar.² Sob esse prisma, foram pioneiros. É evidente que eles não foram a única vanguarda modernizante, mas se constituíram, como assinala Carlos Monarcha, em uma das “*expressões fundamentais dos rearranjos do liberalismo*” nesse período republicano.³

Eleito Governador do Rio Grande do Norte, José Augusto definiu um programa político em que priorizava educação, saúde, agricultura, administração, revigoramento da atividade industrial e uma política de “desenvolvimento” para melhoria das cidades interioranas das zonas econômicas consideradas como prósperas. Isso significou a constituição de uma equipe de colaboradores pedagogos, médicos, sanitaristas, engenheiros e técnicos especializados, imbuídos de aspirações por mudanças, sob o signo do moderno e do racional, para a ordenação de novas representações do público e do privado, a partir da principal cidade potiguar, ou seja, Natal, a fim de que se tornasse, nas palavras de José Augusto, “*um centro de atração de capitalistas e homens de negócios que aqui podem e precisam vir colaborar conosco na obra de constante progresso de nossa terra*”.⁴

Numa operação, envolvendo saberes e fazeres especializados, coube a esses reformadores sociais, no cumprimento do programa político do Governo José Augusto, interferirem em cada área de sua competência, atribuindo-lhes novas práticas e novas finalidades.

Na ordem das proposições de medidas reformadoras encetadas, coube, ao então, Secretário Geral do Estado, Sebastião Fernandes de Oliveira, estudar e realizar uma reforma administrativa do Estado. Objetivava, assim, tanto “ *criteriosa divisão simplificada dos serviços*”, quanto tomar uma série de providências no sentido de “*colocar em disponibilidade, com 50% dos vencimentos, os funcionários e professores inertes, desatualizados, que nada produzem e oneram os cofres públicos*”, ao mesmo tempo, em que elevavam os salários dos funcionários úteis e produtivos.⁵ E, ao invés das Diretorias Gerais, os serviços, com a reforma administrativa, foram redistribuídos, racionalmente, por uma Secretária Geral e cinco Departamentos - conforme denominação adotada pelas indústrias modernas, em expansão, para definir os principais setores de serviços - sendo eles: Departamento de Educação, Departamento de Saúde Pública, Departamento de Segurança Pública, Departamento de Agricultura e Obras Públicas e Departamento da Fazenda e do Tesouro. Sob esse aspecto, é reveladora a afirmação de Angel Rama acerca do processo de modernização das cidades latino-americanas, inaugurado no final do século XIX e início do século XX. Para o Autor, esse período de modernização incorporou uma nova *intelligentzia* urbana intelectual, portadora do conhecimento especializado e instituidora de práticas racionalizadoras do trabalho social.⁶

Com estratégias de renovação da estrutura econômico-social e a introdução do método fordista/taylorista de organização da produção e do

trabalho por constituir-se como processos técnicos mais racionais, a começar na sua totalidade pela indústria salineira, trata-se de um dos registros em que a fábrica é colocada como pressuposto de organização das instituições produtivas nas pautas modernizadoras do Governo José Augusto, embora o mundo fabril fosse insignificante no universo cultural das cidades potiguares. Em outro registro, a cidade é proposta como objeto de intervenção social destinada, por meio de suas instituições, ao regramento de novos valores e práticas de uma ordem urbana e industrial, fato que exigiu um eloqüente esforço de seus agentes concebedores ao qual se incorporavam os signos de progresso e de futuro moderno.

O reordenamento do público e do privado no espaço urbano da cidade

O tema da crise da modernidade na atual contemporaneidade, enquanto configuração de um tempo pós-moderno e de uma nova hegemonia cultural, embora, ainda, de pouca transparência, não deixa de denunciar a desmontagem do projeto da modernidade que se desenhou como constituição de um novo ordenamento político-cultural, configurando-se através de uma pluralidade de programas políticos, nas décadas de 1920 e 1930, nas principais cidades brasileiras. Em certa medida, tais programas retraduziam a adesão das elites brasileiras em promover a consciência de um tempo moderno a nível da cultura hegemônica das nações avançadas da época.

Se a cidade, como afirma Carlos Monarcha, é a materialidade de infinitas experiências e práticas culturais, trazidas pelo progresso e, se, nela, a modernização pedagógica da escola, por meio do ideário escolanovista, realizou sua dimensão *práxica*,⁷ não seria possível problematizar, na possibilidade de diferentes gêneros de cidades brasileiras, no começo do século, e diferentes versões da dimensão *práxica* de reformas educacionais?

A princípio, pode-se afirmar que, durante o segundo Governo de Alberto Maranhão (1908 -1913), o Rio Grande do Norte foi atingido pelo ingresso, sobretudo, de sua principal cidade - Natal - num programa de inovações sócio-culturais como realidade onipresente do progresso técnico e da incipiente industrialização. A idéia de progresso sensibilizou as vanguardas intelectuais dirigentes, concebedoras da *práxis* reformadora da cidade, para imprimir uma nova orientação pedagógica e administrativa à instrução pública. De uma só vez, foi extinto pelo então Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. Francisco Pinto de Abreu, nas palavras do educador Nestor Lima, “o medieval e carcomido sistema de ensino, carente de

métodos de higiene, de normas de pedagogia e de preceitos de lógica", com a extinção de quase todas as "cadeiras" primárias e colocados, em disponibilidade, os professores considerados inadaptáveis ao implantado método pestalozziano de ensino nos recém-construídos grupos escolares.⁸

O remodelamento da cidade e da educação escolar levou por parte das vanguardas dirigentes reformadoras, a preocupação em fundar uma "Escola Doméstica" destinada à educação da mulher visando à sua integração na vida cotidiana moderna. Modelada pelo sistema da Ecole Managère de Friburgo (Suíça) a Escola Doméstica de Natal foi fundada em 1º de setembro de 1914, pelos integrantes da Liga de Ensino, principalmente Henrique Castriciano, José Augusto e outros, com o apoio financeiro e logístico dos Governos de Alberto Maranhão e de Joaquim Ferreira Chaves. Foi a primeira Escola Doméstica, em seu gênero, no Brasil e na América Latina, nos moldes da chamada pedagogia moderna, preconizadora de processos de ensino em que se aprende, fazendo.⁹

À época do Governo de José Augusto, uma nova política reurbanizadora foi forjada com expectativas de fomentação e melhoramento das possibilidades econômicas do Estado. E ao visar efetivar formas de enquadramento disciplinar da população no cotidiano das cidades em remodelação com o traçado de novas praças, bairros, ruas e avenidas, demarcadas pela divisão de classes sociais, múltiplas estratégias de controle, regeneração moral e vigilância sanitária, foram planejados e executados, em diversos campos da atividade social, por meio de programas denominados educativos.

A ação educadora da cidade é plena de intenções racionalizadoras. Define-se no confronto de combinar o progresso material com o progresso humano, com o propósito de produzir o cidadão civilizado, exigido pela ordem social capitalista. Reafirmam os reformadores sociais a necessidade de cada vez mais romper com práticas, estilos de vida e de educação correntes que se apresentavam limitados e até retrógrados para a implementação da modernidade social e técnica. A heterogeneidade da população e a necessidade emergente de uma possível homogeneidade cultural reforçava a perspectiva de uma normatividade com a saúde corporal e com a educação escolar.

A normatividade com a saúde corporal teve, como suporte, os programas do Departamento de Saúde Pública sob a coordenação geral do médico Manoel Varella Santiago Sobrinho. Tomando como paradigma a reforma médico-sanitária desenvolvida pelas autoridades públicas de São Paulo e Rio de Janeiro e em vista às leis federais que decorreram das

campanhas sanitárias, iniciadas por Carlos Chagas e Belisário Penna, médicos, sanitaristas e higienistas do Departamento de Saúde Pública definiram estratégias de intervenção médico-sanitária, envolvendo homens, mulheres e crianças no espaço da moradia, do trabalho, da rua, do lazer, da escola e dos hospitais e postos de saúde que foram, amplamente, construídos, vistos como imprescindíveis no disciplinamento e na vigilância sanitária da vida social e individual, sobretudo da população operária e pobre, apresentada como animalesca, ignorante, doente, dotada de uma sexualidade instintiva e cheia de superstições, para tanto, necessitando de um soerguimento físico e moral. Para isto, os programas de saúde de cunho pragmático, na gestão da cidade, apelavam para as noções de ciência, técnica e progresso, sintetizando representações liberais utilitaristas quanto aos aspectos sócio-econômicos, morais e eugênicos.¹⁰

O significado dessas estratégias pode ser lida em mensagem de José Augusto para o Congresso Legislativo do Estado. Assim, era pretensão de seu governo *“dar maior amplitude aos serviços definidos como higiene, saúde, propaganda sanitária e assistência pública.”* Por entender, *“que o mais valioso dos capitais com que pode contar um povo é o capital homem, de cujo vigor físico e de cuja saúde moral dependem o progresso e o desenvolvimento econômico de nossa terra.”*¹¹

A normatividade com a educação escolar se fez no sentido de ampliar o papel “civilizador” das práticas escolares aliadas às medidas de saúde, saneamento e de higiene sobre a cidade em remodelação e de tornar o espaço da escola dotada de maior controle para atingir uma possível homogeneização das práticas sócio-educacionais. É dessa perspectiva que empreendemos o estudo da remodelação da educação escolar durante o Governo José Augusto, como uma das pautas modernizadoras da reforma do Estado.

Sob a coordenação do Diretor do Departamento de Educação, o respeitado professor da “cadeira” de Pedagogia da Escola Normal do Rio Grande do Norte, Nestor dos Santos Lima, a remodelação da educação escolar no Governo José Augusto representou a intenção de ampliar as realizações do ideário da chamada pedagogia moderna ou escolanovista em curso desde a Reforma do Ensino de 1916 (Lei nº 405, de 29 de novembro de 1916), postulada pelos intelectuais potiguares no período do segundo Governo de Joaquim Ferreira Chaves Filho (1914 -1920), continuada pelo Governo de Antonio José de Mello e Souza (1920 -1924). No Governo de José Augusto, sobre a Lei 405 de 1916, estratégias educacionais escolanovistas foram definidas, perspectivadas por uma organização da

educação escolar pautada no “*trabalho educativo*” como princípio de conjugação das atividades de ensino, higiene e trabalho social.¹²

A alusão à chamada pedagogia moderna ou escolanovista é aqui entendida como evidenciando os limites e possibilidades de apropriação e de práticas pedagógicas diferenciadas de seus agentes, seja pelo repertório conceitual de que tais agentes dispunham para a formulação de práticas educacionais, seja pela aposta relativa na eficiência dos métodos centrados na atividade do aluno ao invés do professor como na pedagogia tradicional, seja pelo imaginário em que recortaram suas escolhas políticas, seja pelas condições materiais, pedagógicas e os recursos de mobilização dos agentes escolares.

Ao partilhar de uma mentalidade cultural própria dos educadores profissionais envolvidos com as mudanças da educação escolar - em adesão às novas idéias práticas pedagógicas próprias da moderna pedagogia disseminadas na Europa e nos Estados Unidos - quando estavam na gestão política das Diretorias Gerais de Instrução Pública, a exemplo de Sampaio Doria em São Paulo, Antonio Carneiro Leão (1922-1926) e Fernando Azevedo (1927-1930) no Distrito Federal, José Augusto e os intelectuais envolvidos com a remodelação da educação, definiram estratégias partilhadas de ações sócio-educacionais, envolvendo Estado, Igreja, Município, iniciativa privada e instituições associativas, objetivando à universalização do ensino primário, prioritariamente, ao lado da melhoria da qualidade do ensino com o propósito de “*elevação da mentalidade das pessoas de forma a integrá-las na vida moderna da qual depende o progresso do Rio Grande do Norte.*”¹³ É sob essa ótica que a educação sempre foi amplamente valorizada por José Augusto, como sendo investimento na capacidade produtiva do “*principal dos capitais, o capital humano*”. Sobressaía-se, portanto, uma influência direta da educação sobre a mudança de mentalidade, atitudes, valores e, conseqüentemente, sobre a “*superação do atraso econômico e social*”, além de ser um eficiente instrumento de controle social.

As convicções de José Augusto, nesse sentido, reverteram na realização de uma ampla campanha em termos de ampliação da oferta do ensino primário nas escolas públicas e privadas, subvencionadas pelo Estado, e que tinham, nas comemorações de “*Um século de Ensino Primário*”, o principal suporte. Nessa operação, a propaganda funcionava como mecanismo persuasivo para atrair adeptos à chamada “*corrida ao progresso e à modernidade*”, com apelos traduzidos nos signos de “*patriotismo e de civismo*”. Assim, buscava o Governo José Augusto

enfocar, através de linguagem ideológica, os temores quanto ao “*preço do retardamento do progresso social*” e de esperanças quanto à ação condutora das elites esclarecidas para que se fizesse necessária a ampla difusão do ensino, objetivando, em última análise, progresso humano e geral.

Como medida voltada à homogeneização e controle das práticas pedagógicas e administrativas da escola primária em suas diferentes modalidades, encontra-se a instalação do Conselho de Educação (em substituição ao Conselho Superior de Instrução Pública) que tinha, entre as suas atribuições, a organização dos programas dos cursos primários, distribuídos pelas diferentes escolas, indicando livros didáticos, conteúdos e métodos, com respectivos autores eleitos como prioritários dentro do conhecimento transmitido pela escola, e publicados, em anexo, aos impressos que serviam de suporte aos Regimentos Internos das diferentes escolas.

Dentro dessas medidas, destacou-se a criação dos Conselhos Escolares Municipais, sob a presidência do Intendente, composto de quatro delegados nomeados pelo Diretor do Departamento de Educação, aos quais cabia a função de fiscalizar as escolas da jurisdição municipal em seus aspectos administrativos, morais, higiênicos, além de promover o recenseamento escolar anual, podendo aplicar punições aos estabelecimentos de ensino ou, mesmo aos professores, funcionários e alunos que não cumprissem as atribuições legais. E à criação da Inspeção de Ensino, composta de técnicos em educação, cabia a responsabilidade da orientação e da fiscalização técnica das escolas no que diz respeito à observância dos métodos e processos de ensino, recomendados pelo Departamento de Educação através do Conselho de Educação.

A partir do segundo Governo de Alberto Maranhão, a meta de criação de Grupos Escolares tornou-se prioridade nos programas dos governos da chamada Primeira República. No Governo de José Augusto, foi elaborado um amplo programa de incentivo à construção destes por parte das Prefeituras - a partir de normas de recomendações do Departamento de Educação sobre “edificações e mobiliário escolar” - com auxílio de recursos do Estado. A principal característica da nova arquitetura, mais particularmente dos grupos escolares, foi a substituição do velho casarão sombrio ou mesmo os salões da Intendência, por edifícios escolares amplos, arejados, higiênicos, iluminados e com áreas livres, bibliotecas etc., além de providos de material pedagógico adequado em face das exigências da nova pedagogia.¹⁴

Aliás, as práticas escolares, além das culturais e desportivas, subvencionadas pelo Estado tinham o papel não somente de disciplinar o corpo e o espírito das populações citadinas, mas também, ao lado das práticas de saúde, higiene e saneamento, eram tomadas, como já foi tratado neste trabalho, como sendo investimento na “qualidade” do “capital humano”, face às exigências de vida e de trabalho produtivo na ordem capitalista. Alargar a oferta da educação escolar e com ela uma aprendizagem prática, levando à população para dentro das escolas, distribuída desigual e diferencialmente pelos bairros demarcados de ricos e pobres, com o aumento crescente da última categoria, atendia aos objetivos em favor de uma ampla reforma social, moral, eugênica e econômica, com desdobramentos, no cotidiano da cidade, em processo de crescimento urbano sob o signo do moderno e do racional. Segundo Schultz, pela “teoria” do capital humano, de cujos postulados José Augusto era adepto, investimentos em saúde, higiene, saneamento, lazer, cultura e educação são, em parte, *“responsáveis pelo impressionante crescimento dos rendimentos reais por trabalhador.”*¹⁵

Mas foi como proposição de uma educação integral que a pedagogia escolanovista exerceu seu maior fascínio no seio dos intelectuais potiguares, responsáveis pelo remodelamento da educação escolar, que tinha, em José Augusto, o principal entusiasta e defensor desde o tempo de Deputado Federal (1915 - 1923) e como militante político nos movimentos de alfabetização e renovação da educação brasileira.

A postulação de uma educação integral presente nos debates e nas iniciativas governamentais nos anos de 1920 e 1930 tinha a ver com seu papel formativo de ordem moral, higiênica e econômica. Tal educação era proposta por José Augusto como forma de *“estar encaminhando as novas gerações por meio da pedagogia moderna, baseada em considerações econômicas e higiênicas”* à preparação dos indivíduos para o *“trabalho moderno orientado pelo conhecimento científico”*, igualmente de contribuir com os novos ensinamentos para a *“disciplina dos costumes, afastamento dos vícios”*, enfim, a *“preparação integral”* do fator produtivo principal - o homem por excelência.¹⁶ Organizar a escola com recurso para uma educação integral durante o Governo José Augusto, significou a busca do ideal deweyano de uma máxima integração entre a escola e a vida social e que teve, no desenvolvimento do ensino dos grupos escolares, a possibilidade de melhor praticá-la. Preparando, seletivamente, os alunos para continuidade dos cursos secundário ou normal e o ingresso em um curso superior, a organização do ensino, nos grupos escolares, constava de um

nível infantil - questão importante da pedagogia escolanovista - com dois anos de funcionamento, devendo desenvolver as atividades (ler, escrever, contar, caligrafia, canto, poesia e exercícios físicos). O nível primário ou elementar, com quatro anos de duração compreendia as disciplinas (língua nacional, aritmética, geometria prática, noções de geografia e história do Brasil e do Rio Grande do Norte, instrução moral e cívica, noções de ciências físicas e naturais, com aplicação à higiene, desenho, música, exercícios físicos). O nível complementar, conferido durante dois anos, constituía-se no desdobramento das disciplinas estudadas no nível anterior e era acrescido das disciplinas (línguas estrangeiras, datilografia, escrituração mercantil, noções de agricultura, zootecnia e veterinária para os alunos do sexo masculino e economia doméstica e trabalhos manuais para as alunas do sexo feminino). Partindo da observação dos fatos para os princípios, pretendia-se, intencionalmente, por meio do processo ensino-aprendizagem, desenvolver, nos alunos, o alargamento de conduta e sentimentos diante de uma vida social em mutação.

A máxima preocupação de José Augusto com a “*socialização plena dos alunos em todas as maneiras de encarar e utilizar a vida*”,¹⁷ que tinha no pragmatismo deweyano seu suporte, desdobrava-se, no caso do processo ensino-aprendizagem dos grupos escolares, na valorização das atividades extra-classe, como a pesquisa em bibliotecas, exercícios físicos e jogos recreativos, além de atividades de estudos nas fazendas, nas praças e nas feiras, como forma de observação e aplicação dos princípios estudados nas disciplinas às situações práticas reais com os quais se pretendia assegurar maior eficiência ao trabalho pedagógico. Com tais procedimentos, vislumbrava-se o “aperfeiçoamento” do indivíduo em todas as suas potencialidades e aptidões técnicas, requeridas pela sociedade moderna na ordem social capitalista.

A despeito dos propósitos não explícitos de uma redistribuição ordenada dos indivíduos por diversas atividades entre cidade e campo era essa a função social do ensino das escolas isoladas e das escolas rudimentares. Destinavam-se as primeiras, às cidades cuja população escolar não atingisse o máximo de 120 alunos em idade escolar, exigência legal para criação de um grupo escolar. As escolas isoladas, que podiam ser mistas, diurnas e noturnas, possuíam um nível infantil com um ano de funcionamento e compreendiam as atividades (canto, leitura e escrita, língua materna, aritmética, desenho, lições de coisas, noções de geografia, moral e civismo, exercícios físicos e história pátria) e um nível elementar de dois anos de duração com o mesmo programa do nível infantil, porém mais

aprofundado e acrescido de trabalhos manuais para as alunas e práticas agrícolas e veterinárias para os alunos do sexo masculino. Partindo dos fatos para os princípios, nas escolas isoladas valorizavam-se, sobretudo, as “situações prático-concretas do meio” no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

As escolas rudimentares eram destinadas aos bairros operários, vilas povoadas e fazendas que contassem com mais ou menos cinquenta analfabetos entre crianças e adultos. Durante o Governo José Augusto, elas se disseminaram com base em um programa de ensino rudimentar, que admitia escolas ambulantes, funcionando por períodos ou ciclos completos de cinco meses, ministrando leitura, escrita e contabilidade. Já as fixas, funcionando em dois anos, ministravam o ensino de leitura, escrita, linguagem, contabilidade e noções gerais de geografia, história, ciências, moral e civismo. O ensino nas escolas rudimentares devia ser dado de “conformidade com as circunstâncias de vida do meio local”. A disseminação da oferta do ensino permitiu que as restantes das chamadas cadeiras isoladas, ainda funcionando em alguma localidade pequena, fossem substituídas por alguma escola isolada ou rudimentar, colocando em disponibilidade os respectivos professores com 50% dos vencimentos mensais.

Se, para lidar com o combate ao analfabetismo, o Governo José Augusto elaborou um programa de ampliação da oferta escolar por meio da construção de grupos escolares (18 edificadas), escolas isoladas (34 construídas), escolas rudimentares (36 criadas) em um universo de 37 municípios e de uma população de 530 mil habitantes (42 mil em idade escolar), ao aumento geral do número de escolas correspondeu o aumento geral da matrícula (de 7.225 em 1924 para 19.563 em 1926). Sob esse aspecto, a meta de ampliação da oferta da educação escolar e, através dela, a perspectiva de disciplinamento moral da população como uma das normas sócio-econômica requeridas pelo projeto da modernidade, foi atingida, apenas, parcialmente, sem universalizar a educação em idade escolar.

Em relação aos cursos secundário, profissional (incluindo a Escola Normal) e a Escola Superior de Farmácia, os intelectuais envolvidos com a remodelação da educação escolar, praticamente, não elaboraram um programa cultural, voltado para a inovação desses cursos. O que se cogitou, pelo Departamento de Educação, foi o incentivo à ampliação da matrícula das escolas secundárias privadas, com prioridade para as confessionais, através do recurso da subvenção financeira operado pelo Estado.

As pautas modernizadoras do Governo José Augusto estavam articuladas na década de 20, a projetos de homogeneização cultural e moral da sociedade. Como fundamento de uma política reformadora do Estado liberal, propugnava a crença de se estar construindo uma sociedade de bem-estar social geral para todos. Constituíram-se em realizações vivas das representações liberais de José Augusto. Nelas, propôs-se a remodelação da educação escolar enquanto realização de práticas escolanovistas, com ênfase num programa de educação integral, ao contrário do que vem sendo registrado na historiografia educacional, baseado em que o ensino oferecido a cargo dos Estados limitava-se a atender aos interesses das oligarquias locais. Nelas, procurou-se disseminar a educação sem universalizá-la para todos em idade escolar visando à elevação da mentalidade dos indivíduos na integração à vida moderna, formando-se as elites intelectuais, portadoras do conhecimento especializado, atribuindo-se, às mesmas, o papel de reformadores sociais. Elas representaram uma adesão das elites potiguares ao projeto da modernidade da ordem capitalista.

Referências Bibliográficas

1. José Augusto fundou e dirigiu a Revista Educação (1922 a 1924) e a Revista Brasileira de Educação (1929). Cf. ARAÚJO, Marta Maria de. **José Augusto Bezerra de Medeiros - vida, educação, política.** São Paulo: Faculdade Educação/USP, 1995 (Tese de Doutorado).
2. DECCA, Edgar Salvadori. A ciência da produção: fábrica despolitizada. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n.6, p.47-79, 1993.
3. MONARCHA, Carlos. **A reinvenção da cidade e da multidão - dimensões da modernidade: a escola nova.** São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1990. p.108.
4. Cf. MENSAGENS dos Presidentes do Rio Grande do Norte na Primeira República. Natal/Rio De Janeiro: Fundação José Augusto/Senado Federal, 1984. v.8, p.35; José Augusto B. de Medeiros. Cf. Também: A República. 17.01.1924.
5. MENSAGENS dos Presidentes do Rio Grande do Norte na Primeira República. **Op. Cit.**, p. 35. Cf. A República. 17.01.1924.

6. RAMA, Angel. **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 103. MONARCHA, Carlos. **Op. Cit.**, p. 30.
7. LIMA, Nestor dos Santos. **Sinthese do nosso movimento pedagógico**. Natal: Empreza Typográfica Natalense Ltd, 1921, p. 13. (Conferência Inaugural da Associação dos Professores, a 4 de dezembro de 1920).
- *8. SÁ, Francisco de S. de Meira e. **Breve notícia da inauguração da Escola Doméstica de Natal, Estado do Rio Grande do Norte em 1º de setembro de 1914**. Natal: Typ. d' A República, 1914.
9. Sobre a Reforma da Saúde durante o governo de José Augusto. Cf. ARAÚJO, Marta de Araújo. José Augusto Bezerra de Medeiros - vida, educação, política. **Op. Cit.**, p. 135.
10. MENSAGENS dos Presidentes do Rio Grande do Norte na Primeira República. **Op. Cit.**, p. 31 a 32.
11. VIANNA, Elyseu. **A escola activa: pela sua propaganda**. Natal: Imprensa Oficial, 1930. p.16.
12. RIO GRANDE DO NORTE atual. A República. 14.10.1927.
13. O MOVIMENTO educacionista no Rio Grande do Norte. A República. 16. 04.1925.
14. SCHULTZ, Theodore W. **O Capital humano: investimento em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 32.
- *15. Medeiros, José Augusto B. de. **Pela Educação Nacional**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1918. p. 216 a 217.
16. Idem, *Ibidem*. p. 215 e 216.